

Despacho n.º 10316/2014

Considerando a relevância dos Planos de Gestão de Resíduos como instrumentos que consubstanciam as orientações fundamentais da política nacional de gestão de resíduos, e sendo o Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos (PERSU 2020), o plano específico de gestão de resíduos para uma área de atividade de fundamental importância estabelecendo a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos e as medidas a implementar no quadro da gestão de resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria, o Governo pretende assegurar que a implementação deste plano seja aprovada no mais curto espaço de tempo.

Considerando o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, consagra a participação do público na sua elaboração, designadamente no procedimento de avaliação ambiental, em aplicação da Convenção de *Aarhus* e das diretivas comunitárias pertinentes neste âmbito.

Considerando a Avaliação Ambiental do PERSU 2020, através da participação do público e de entidades com responsabilidades em matérias ambientais específicas, tem como propósito assegurar que as consequências ambientais do Plano devem ser previamente identificadas e avaliadas durante a fase de elaboração do Plano e antes da sua adoção.

Considerando que a avaliação ambiental do PERSU 2020 encontra-se em fase de consulta do primeiro relatório do processo, denominado Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, dando cumprimento ao estipulado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, às entidades com responsabilidades em matérias ambientais específicas, à qual se sucederão as restantes etapas do processo que culminará com a Consulta Pública e respetiva elaboração da Declaração Ambiental.

Considerando que uma versão do projeto de PERSU 2020, a qual já refletia em linhas gerais a estratégia preconizada, foi apresentada publicamente no dia 17 de outubro de 2013, tendo na sequência estado disponíveis no *sítio* da internet da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., versões sucessivas evidenciando a evolução do projeto de Plano ao longo do tempo.

Considerando que no âmbito do Acordo de Parceria, adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, a “*Aprovação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)*” consiste numa ação a desenvolver, até final do 4.º trimestre do corrente ano, com vista a cumprir a condicionalidade 6.2. relativa ao setor dos resíduos.

Considerando que a gestão de resíduos urbanos é um setor de atividade muito dinâmico ao nível normativo, institucional e tecnológico, bem como a relevância do PERSU 2020 como instrumento estruturado para dar uma resposta dinâmica aos desafios colocados, e à necessidade de

assegurar a conclusão da sua avaliação ambiental, em curso, com a maior brevidade possível, e face à existência de procedimentos e mecanismos estabilizados que permitem promover e dinamizar um processo de consulta mais eficaz e participado, considera-se estarem reunidas condições para aplicação da prerrogativa prevista no quadro legal aplicável, que possibilita a redução dos prazos para realização da consulta pública e da consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas, sem comprometer os objetivos inerentes às mesmas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, determino o seguinte:

1 — Os prazos para consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e para consulta pública no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental do PERSU 2020, previstos nos n.ºs 3 e 7 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, são de 10 dias.

2 — Sem prejuízo da redução de prazo estabelecida no número anterior, devem continuar a ser adotados mecanismos de divulgação e de promoção da participação que permitam a apresentação efetiva e atempada de observações sobre PERSU 2020.

6 de agosto de 2014. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Paulo Guilherme da Silva Lemos*.

208020622

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR**Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte****Despacho n.º 10317/2014**

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que por Despachos de 18-11-2013 e 05-12-2013, da Senhora Diretora Geral de Alimentação e Veterinária e do Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, respetivamente, foi autorizada a consolidação definitiva da Mobilidade Interna na Categoria/Carreira da Técnica Superior, Maria José Clemente Vilhena, pertencente ao Mapa de Pessoal da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, nos termos do n.º 2, do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, tendo sido posteriormente celebrado Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com efeitos a 01-12-2013, passando a ocupar Posto de Trabalho no Mapa de Pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

Nome	Carreira	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Maria José Clemente Vilhena	Técnico Superior	Entre a 4.ª e 5.ª	Entre o 23 e o 27

O presente Despacho produz efeitos a 01-12-2013.

27 de julho de 2014. — A Diretora de Serviços de Administração, *Adília Josefina Ribeiro Domingues*.

208006926

Despacho n.º 10318/2014

Considerando o disposto na alínea *c)* do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril e Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro, que prevê como atribuição das Direções Regionais de Agricultura e Pescas, executar as ações necessárias à receção, análise, aprovação, acompanhamento e validação dos projetos de investimento apoiados por fundos públicos, bem como promover a tramitação relativa à receção, análise e validação conducente ao pagamento dos respetivos apoios;

Considerando o Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 66/2009, de 20 de março, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER);

Delego, ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a nova redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nas dirigentes infra referidas, os poderes necessários para

validação das despesas relativas aos pedidos de pagamento no âmbito do PRODER:

Chefe de Divisão de Investimento do Nordeste — Eng.ª Margarida Maria Seita Silva Teixeira

Chefe de Divisão de Investimento de Entre Douro e Minho — Dra. Elsa Clara Machado Costa Conde

Pelo presente despacho ratifica-se todos os atos praticados, pelas dirigentes supra referidas, respetivamente, desde 3 de fevereiro de 2014 e 1 de julho de 2014, no âmbito dos poderes delegados.

Delego ainda, sem poderes de subdelegação, na dirigente infra, a competência para a prática do seguinte ato:

Chefe de Divisão de Investimento de Entre Douro e Minho — Dra. Elsa Clara Machado Costa Conde

Autorizar o gozo de férias.

31 de julho de 2014. — O Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, *Manuel José Serra de Sousa Cardoso*.

208010457